

A “cruzada ética” contra o marxismo

OSVALDO COGGIOLA*

O “retorno da ética” foi apresentado, na década passada, como a característica mais importante da história do pensamento e da política correntes: “Tudo parece anunciar, hoje em dia, um retorno da filosofia ética: desenvolvimento de novas correntes de pensamento, *renascimento* do debate ético e multiplicação das discussões”¹ (grifo nosso). O debate ético estendeu-se a todos os domínios: bioética, ética jornalística, ética filosófica (como foi o debate acerca do nazismo de Martin Heidegger) e até ética esportiva. Tornaram-se de uso corrente expressões absurdas, como “falta de ética”(?) e, nos partidos políticos, inclusive nos de esquerda, passaram a se constituir “comissões de ética”. No Brasil, a década tinha começado com um importante movimento político, que derrubou o hipercorrupto presidente em exercício, que fora batizado, *depois de iniciado*, como “movimento pela ética na política”.

Não se trata aqui de discutir o histórico das razões que, em cada área, levaram a esse “renascimento ético”. Digamos apenas que, na política e do ponto de vista histórico, ele coincide: 1) com a mais longa e profunda crise mundial do modo capitalista de produção; 2) com o desenvolvimento, também em escala internacional, de um nível sem precedentes de criminalidade (os dois maiores itens do comércio internacional – o tráfico de armas e o de drogas – que movimentam anualmente, de modo direto, quantias vizinhas ao trilhão de dólares cada um, e muito mais se levarmos em conta as operações financeiras correlatas, se encontram sob a direta responsabilidade do chamado “crime organizado”), criminalidade cujas operações ganharam um peso econômico qualitativamente superior ao de qualquer período precedente da história moderna, passando a permear diretamente quase todas as atividades

* Professor do Departamento de História da USP.

¹ Russ, Jacqueline. *La pensée éthique contemporaine*. Paris, PUF, 1994.

políticas e estatais². Certamente, os dois aspectos se encontram vinculados, pois a atividade criminosa baseia-se na destruição física sem normas do ser humano, sendo, portanto, uma forma extrema da expansão dos mercados e da superexploração, ou seja, da elevação da taxa de lucros geral da economia capitalista. As fronteiras sociais entre respeitáveis banqueiros e empresários, “combatentes da liberdade” que depois viram traficantes de drogas ou “terroristas internacionais” (como Noriega ou Bin Laden), políticos (éticos ou não) e criminosos de folha corrida, tendem a desabar como um castelo de cartas.

Poder-se-ia estabelecer uma correlação direta, *no plano da política*: cada novo progresso da “ética”, inclusive institucionalizada (já existem, em diversos países, ministérios dedicados exclusivamente ao combate à corrupção), anuncia um novo progresso, superior, da atividade criminosa e da cumplicidade oficial ou oficiosa com ela. É quase uma lei ou uma recomendação prática: quando os governos começam a falar em ética, é melhor pôr a mão no bolso... O “combate à corrupção” e o “retorno à ética” se transformam cada vez mais no eixo central, às vezes exclusivo, dos discursos políticos “opositores”, tendendo a criar a ilusão de que é possível atacar a miséria social (absoluta ou relativa) crescente, que está na base da extensão inédita da criminalidade, sem tocar nas bases sociais da exploração.

Constatar que a chamada “esquerda” não foi poupada por esse processo não exige nenhum esforço investigativo: na Itália, na Espanha, na França e na Alemanha a socialdemocracia governamental foi apanhada publicamente em atividades de cumplicidade com a *maffia*, de tráfico ilegal de armas, de tortura de militantes e até de organização de grupos paramilitares fascistas (os GRAPO espanhóis) de combate às reivindicações populares. Isto para não falar do entrelaçamento bem conhecido de (ex) “comunistas”, na Rússia e na Europa oriental, com o setor atualmente mais dinâmico do crime internacional, a *maffia* russa.

O renascimento do debate ético, também na esquerda, deve ser visto no contexto mencionado. O paralelo com o debate marxista-socialista acerca da ética de finais do século XIX e inícios do século passado é, por isso, bem delimitado. Esse debate reconheceu duas vertentes: 1) a dos filósofos neokantianos (Cohen, Natorp, Stadler, Stammler, Staundiger e, principalmente, Vorländer) que se aproximavam do socialismo alemão, pretendendo “completar” sua base filosófica marxista com a ética do Kant da “razão prática”, num movimento, como foi bem notado, progressivo: “A aproximação ao socialismo dos filósofos neokantianos constituía, sem dúvidas, uma prova da consolidação

² Entre outros levantamentos conclusivos a respeito, cabe citar: Claire Sterling. *Um mondo di ladri. Le nuove frontiere della criminalità internazionale*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1994.

da posição da socialdemocracia alemã, uma demonstração da atração que exercia sobre a intelectualidade”³; 2) a dos “revisionistas” socialistas (Schmidt, Woltmann e, sobretudo, Bernstein) que pretendiam declarar obsoleta aquela mesma base filosófica, principalmente seu método dialético, “pegando carona” no debate aberto pelos neokantianos, aproveitando seus “questionamentos filosóficos” ao marxismo (questionamentos cuja base, em geral, os revisionistas desconheciam) não para “completá-lo” mas, objetivamente, para destruí-lo enquanto programa político (ou seja, enquanto unidade de teoria e prática) numa operação teórica que, embora imediatamente fracassada, antecipou *teoricamente* a “união sagrada” da socialdemocracia com a burguesia na catástrofe de agosto 1914, que provocou a falência do socialismo europeu.

São bem conhecidas as respostas dadas ao neokantismo e ao revisionismo, em nome da direção socialdemocrata e do marxismo revolucionário, respectivamente, por Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo, assim como as críticas às limitações dessas respostas⁴. Eugene Kamenka afirmou que a insistência dos teóricos soviéticos na inexistência de uma “ciência marxista da ética”, ou em sua não-necessidade, devia-se à “fraqueza fundamental do pensamento de Marx, que não conseguiu elaborar em termos positivos a diferença entre liberdade e servidão, em relação com o caráter dos processos e movimentos que entram em jogo”⁵. Na verdade, Marx e Engels rejeitaram a existência de qualquer moral supra-histórica e, portanto, de qualquer teoria da moral ou de qualquer ética normativa situada fora e por cima da luta de classes. Mas isso não significa ignorar a moral e a ética em geral, e sua formulação política em termos de *justiça*, ou seja, em termos *jurídicos*:

Os socialistas (não) renunciam a propor determinadas reivindicações jurídicas. É impossível que um partido socialista ativo não as tenha, como qualquer partido político em geral. As reivindicações resultantes dos interesses comuns de uma classe só podem ser realizadas quando esta classe conquistar o poder político e suas reivindicações alcançarem validade universal sob a forma de

³ Ernesto Ragionieri. Prefácio, in Karl Kautsky. *Ética y concepción materialista de la historia*. Buenos Aires, Pasado y Presente, 1975.

⁴ Acerca dessas “limitações” disse Giuliano Procacci que “o marxismo não teria podido compreender as razões e as possíveis funções de outras correntes e movimentos se antes não tivesse conquistado a confiança em si próprio, em sua fundamentação objetiva na realidade do mundo moderno, em sua natureza de ideologia autônoma da classe operária” (Introducción, in Kautsky, Karl. *La cuestión agraria*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974), referindo-se às “simplificações” operadas por Kautsky no debate contra Bernstein. Cf. para um resumo analítico e do contexto histórico-filosófico do “debate ético”: Virgilio Zapatero. *Socialismo y ética*. Textos para un debate. Bogotá. Pluma-Debate, 1980.

⁵ Eugene Kamenka. *The ethical foundations of marxism*. Londres, Routledge & Kegan, 1962.

leis. Toda classe em luta precisa, pois, formular suas reivindicações em um programa, sob a forma de reivindicações jurídicas. Mas as reivindicações de cada classe mudam no decorrer das transformações sociais e políticas, são diferentes em cada país, de acordo com as particularidades e o nível de desenvolvimento social.⁶

A reivindicação jurídico-ética era, para os marxistas, decorrente de um interesse comum de classe (ou de um povo) e não causa deste, como em Hegel, para quem “a totalidade ética absoluta é um povo” e “o ético (é) o motor de todas as coisas humanas”.

Na Revolução de Outubro, o bolchevismo apareceu como “o partido da moralização da vida pública”⁷. Ao mesmo tempo, a socialdemocracia tentava se reorganizar (contra o comunismo) resgatando a moral como elemento *separado* e equivalente ao interesse de classe, como nas palavras (de 1919) do dirigente socialista francês Léon Blum: “A instauração de um novo regime social seria *ao mesmo tempo* o resultado logicamente inelutável de uma lei e a resposta ao sentimento de solidariedade humana, correspondente às exigências da consciência moral. Jaurès moralizou a necessidade ou, pelo menos, deu ao ideal moral a força de sua vitória necessária e inevitável”⁸. Aqui temos uma síntese perfeita de mecanicismo economicista com idealismo moralista, que, na verdade, só podem existir unidos com a prévia extirpação da ética e da moral de seu conteúdo histórico e de classe.

Tal como acontecera com a socialdemocracia finissecular, a Revolução de Outubro atraiu para si o melhor da intelectualidade da sua época, que se aproximou carregando sua própria herança filosófica, tentando “completar” ou reformular com ela o próprio marxismo, como os neokantianos, no terreno da subjetividade. O maior destaque foi o filósofo húngaro Gyorg Lukács, que tentou reformular a teoria da revolução através de sua própria herança weberiana (a ética como fundadora da nova ordem social), dissociando a luta de classes (ditadura do proletariado) da luta pela ordem socialista:

[Esses] dois elementos não surgem da mesma formação conceitual, embora estejam intimamente relacionados. O primeiro representa a constatação fundamental da sociologia de Marx: a ordem social sempre existiu e também suas forças impulsionadoras, este é um importante princípio da conexão real da verdade histórica. O segundo representa o postulado utópico da filosofia da his-

⁶ Friedrich Engels e Karl Kautsky. *Juristen Sozialismus*. Die Neue Zeit, 1887; reproduzido em *O socialismo jurídico*. São Paulo, Ensaio, 1991.

⁷ François Fejtö. *L'héritage de Lénine*. Paris, Casterman, 1964.

⁸ Léon Blum. *Pour être socialiste*. Paris, 1919.

tória marxiana: a tendência moral para uma ordem social futura [...] a luta de classes do proletariado, chamado a conquistar uma nova ordem universal, não implica, por si só, essa nova ordem. Do fato de a libertação do proletariado superar a exploração classista do capitalismo não se deduz a superação de toda exploração de classe, o único que acontece é uma mudança da estrutura de classes: os até agora explorados viram exploradores. Para impedir isso e conseguir a verdadeira liberdade, sem exploradores nem explorados, é incondicionalmente necessária a vitória do proletariado (com o que também se liberta a última classe explorada), mas essa vitória é só uma premissa: para a realização de uma verdadeira liberdade é necessária a vontade de uma ordem universal democrática...⁹

A formulação, hiperconfusa e contraditória – o proletariado, “última classe explorada”, poderia tornar-se “explorador” (de quem, se ele é “o último explorado”?) na ausência de certa “vontade” ou “tendência moral”, vindas sabe-se lá de onde –, talvez seja uma das chaves para explicar a sinuosa trajetória política ulterior do esteta húngaro.

A formulação dialética de Marx não comportava, na verdade, nenhuma cisão entre objetividade “sociológica” e subjetividade “utópica”. A unidade de sujeito e objeto no processo revolucionário eliminava a necessidade dessa distinção – a fórmula “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” não queria, nem quer, dizer nada além de seu conteúdo explícito – e a dialética histórica também eliminava a necessidade de princípios filosóficos supra-históricos – embora reconhecesse o papel histórico pretérito dos mesmos – e éticos, para a ação revolucionária. Não haveria mais princípios éticos do que os criados por toda a história das lutas pela emancipação humana contra a exploração e a alienação: isso significou restituir à ética sua formulação original, derivada do grego *ethos*, modo de ser ou caráter enquanto forma de vida conquistada pelo homem, assentada num modo de comportamento não correspondente a uma disposição natural, mas adquirido ou conquistado por hábito¹⁰.

Essa posição custou ao marxismo a acusação de “amoralidade”. Os marxistas são freqüentemente criticados por defenderem, supostamente, a opinião de que o fim justifica os meios, a ponto mesmo de aprovarem o uso da violência. Mas, como a violência de uma transformação revolucionária é apenas

⁹ Gyorg Lukács. “A bolsevizmus mint erkölcsi problema”, *Szabat Gondolat*, dezembro 1918; reproduzido em “Taktik und ethik”, *Politische Aufsätze* I. Luchterhand, Darmstadt und Neuwied, 1975.

¹⁰ Cf. Adolfo Sánchez Vázquez. *Ética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

a outra face da violência inerente à situação existente, e como esta última forma de violência não é criticada, devemos supor que a objeção se faz realmente não aos meios do marxismo, mas a seus fins, o estabelecimento de uma sociedade sem classes. No final das contas, como justificar os meios senão pelos fins? Mas, como os fins também condicionam os meios de alcançá-los, o marxismo jamais diria que todos os meios podem ser empregados. O próprio objetivo de unir a classe operária internacional, para dar fim à exploração, elimina logicamente, apesar das vantagens a curto prazo que isso possa ter num ou noutro país, qualquer apelo a interesses particularistas, como o racismo ou o chauvinismo, qualquer incitamento à ação não baseado na igualdade fundamental de todos os homens, em toda parte¹¹.

Com a vitória do fascismo e a degeneração stalinista da revolução russa, a cruzada “ética” e “moralista” ganhou novos aliados:

Nos períodos de reação triunfante, vêm-se senhores democratas, socialdemocratas, anarquistas e outros similares representantes da esquerda secretarem moral em dose dupla, da mesma maneira que as pessoas transpiram mais quando estão com medo. Repetindo, à sua maneira, os dez mandamentos ou o sermão da montanha, estes moralistas dirigem-se menos à reação triunfante do que aos revolucionários perseguidos, cujos “excessos” e princípios “amorais” “provocam” a reação e fornecem-lhes uma justificação moral. Haveria, entretanto, um meio elementar porém seguro para evitar a reação: esforço interior, a regeneração moral. Amostras de perfeição ética são distribuídas gratuitamente em todas as redações interessadas.

Essa pregação tão grandiloquente quanto falsa tem sua base social de classe na pequena burguesia intelectual. Sua base política reside na impotência e no desespero diante da ofensiva da reação. Base psicológica: o desejo de superar o sentimento da própria inconsistência usando uma barba postiça de profeta. O procedimento preferido pelo filisteu moralizante consiste em identificar a conduta da revolução com a da reação. Analogias formais garantem o sucesso desse procedimento. O czarismo e o bolchevismo viram gêmeos. Pode-se também descobrir gêmeos no fascismo e no comunismo. Pode-se redigir uma lista das características comuns ao catolicismo – ou mais especialmente ao jesuitismo – e ao comunismo. Da mesma maneira, Hitler e Mussolini, por seu turno, valendo-se de um método perfeitamente análogo, demonstram que o liberalismo, a democracia e o bolchevismo não são senão manifestações diver-

¹¹ William Ash. *Marxismo e moral*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. Outros debates interessantes se encontram em: Galvano Della Volpe et al. *Morale e società*. Roma, Editori Riuniti, 1966; Colette Audry. *Les militants et leurs morales*. Paris, Flammarion, 1976; e especialmente no quase desconhecido Eugenio Werden. *La tragedia ética de la sociedad moderna*. Buenos Aires, Aquí-Ahora, 1966 (prefácio de Silvio Frondizi).

sas de um único e mesmo mal. A idéia de que o stalinismo e o trotskismo “no fundo são idênticos” encontra cada vez maior aceitação, pondo de acordo liberais, democratas, católicos devotos, idealistas, pragmatistas, anarquistas e fascistas. Se os stalinistas não têm possibilidade de unir-se a essa “Frente Popular” é por mero acaso: estão absorvidos no extermínio dos trotskistas.¹²

A atual ofensiva “ética” tem como marco histórico, como já foi dito, a crise geral da produção capitalista, acrescida da degradingolada do stalinismo pós-1989. Por isso mesmo, possui contornos diferenciados, especialmente no que diz respeito ao envolvimento da esquerda. Para esta, já não se trata de completar o marxismo com os princípios da moral kantiana (os atuais “cruzados éticos” desconhecem praticamente tudo de Marx ou de Kant), nem de criticar a amoralidade marxista (Marx foi posto no panteão dos “grandes pensadores”, ao mesmo tempo em que a teoria marxista era jogada na sarjeta), mas de formular um “código ético” comum a todas as frações políticas, não importando nem sua base de classe nem sua própria cor política.

Trata-se da formulação de uma base “filosófica” (se é que a palavra filosofia, de nobre origem, pode ser aplicada a operação tão rasteira) para um programa estratégico de conciliação de classes, ou seja, para a integração histórica da esquerda na política, no Estado e nos negócios capitalistas (incluídos os negócios mais rentáveis, que nada têm de éticos). Daí que o exercício político principal da esquerda, na atual etapa, seja um jogo consistente na descoberta de “frações éticas” em todos os partidos políticos, inclusive os de direita ou oriundos da ditadura militar. O exercício não é difícil, pois em todo bando de ladrões sempre é possível encontrar uns que roubam (ou matam) menos que outros¹³.

Buscando a “ética universal”, a esquerda perdeu a ética classista, sua própria natureza de esquerda e, não raro, a própria vergonha. O que não deixa outra alternativa que construir uma outra esquerda, baseada nos princípios classistas e na tradição histórica do marxismo revolucionário.

¹² Leon Trotsky. *Moral e revolução*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

¹³ Uma ilustração do fato, que seria cômica se não fosse trágica, foi uma investigação levada a cabo na Espanha para a Junta para la Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, em 1980, por Francisco Laporta, Virgilio Zapatero, Alfonso Ruiz e Javier Solana, que descobriu “indícios (sic) de uma penetração neokantiana na Espanha”. O último dos nomeados se ilustra atualmente, na secretaria geral da OTAN, ordenando o bombardeio e o massacre da população civil da Iugoslávia, do Iraque e da Ásia Central, o que talvez seja o original e criativo método socialdemocrata europeu de combater a “infiltração neokantiana” no marxismo...

COGGIOLA, Osvaldo. A “cruzada ética” contra o marxismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.14, 2002, p. 110-116.

Palavras-chave: Marxismo; Ética; Revolução de Outubro.